



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

GABINETE DO VEREADOR RODRIGO JOSÉ CORREIA – PSC



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral  
-05-Abr-2019-11:53:28:054-1/1

Excelentíssimo Senhor

**VILMAR MACCARI**

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco – Paraná.

O vereador **Rodrigo José Correia – PSC** no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, submete à apreciação dos nobres pares o seguinte Projeto de Lei:

## **PROJETO DE LEI Nº 113 /2019**

Autoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp e dá outras providências.

**Art. 1º** Fica autorizada a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp, com a finalidade de fortalecer os mecanismos de participação social e qualificar a gestão participativa no Município de Pato Branco.

§ 1º As informações, fotografias e vídeos encaminhados por meio do aplicativo WhatsApp serão considerados provas documentais, que servirão para auxiliar o Poder Público Municipal no registro da demanda.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo Municipal que receber estas informações, deverá responder ao cidadão informante quanto às providências adotadas.

**Art. 2º** Organização e o funcionamento dos serviços de Ouvidoria via aplicativo WhatsApp obedecerá as seguintes diretrizes:

I- Objetividade e imparcialidade no tratamento das informações, sugestões, elogios, reclamações e denúncias recebidas dos munícipes;

II- Zelo pela celeridade e qualidade das respostas às demandas recebidas;

III- Defesa da ética e da transparência nas relações entre a administração pública e os cidadãos;





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

GABINETE DO VEREADOR RODRIGO JOSÉ CORREIA – PSC



IV- Sigilo da fonte quando o interessado solicitar a preservação de sua identidade.

**Art. 3º** Constituem atribuições do serviço de Ouvidoria via aplicativo WhatsApp:

I- Detectar as reclamações, sugestões, elogios e denúncias, para subsidiar a avaliação das ações e serviços públicos pelos órgãos competentes;

II- Encaminhar as denúncias para as providências necessárias;

III- Realizar a mediação administrativa junto aos setores competentes com vistas à correta, objetiva e ágil instrução das demandas apresentadas pelos cidadãos, bem como a sua conclusão dentro do prazo estabelecido para resposta ao demandante;

IV- Informar e orientar o cidadão para a participação e o controle social dos serviços públicos.

**Art. 4º** As manifestações direcionadas à Ouvidoria via aplicativo WhatsApp, deverão conter no mínimo:

I- Identificação do interessado;

II- Meios disponíveis para contato;

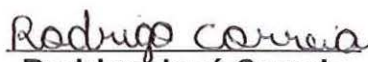
III- Informações sobre o fato e sua autoria, e se for o caso, a indicação das provas que dispõe ou que tem conhecimento.

**Art. 5º** Compete ao Poder Executivo a divulgação da disponibilidade do serviço prestado nesta Lei.

**Art. 6º** O Poder Executivo Municipal deverá regulamentar a presente Lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 03 de abril de 2019.

  
**Rodrigo José Correia**  
Vereador – PSC







# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

GABINETE DO VEREADOR RODRIGO JOSÉ CORREIA – PSC

## JUSTIFICATIVA


O presente Projeto de Lei tem por objetivo criar o serviço de Ouvidoria do Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp, visando fortalecer os mecanismos de participação social, pois sabemos que a ouvidoria facilita o acesso às informações junto às organizações públicas, melhorando o bom relacionamento entre o cidadão e o Poder Público, visando ainda promover a valorização dos direitos dos cidadãos.

Neste sentido, a presente propositura, permitirá a utilização da tecnologia amplamente difundida nos dias atuais, a qual podemos utilizar em nosso favor, uma vez que a pessoa interessada poderá registrar a sua demanda encaminhando as reclamações, sugestões, elogios e denúncias com mais facilidade e sem burocracia através do WhatsApp, logo, a ferramenta poderá unir tecnologia e prestação de serviços com agilidade, ampliando a comunicação e participação entre a Ouvidoria e a população.

Ressalta que as fotos e vídeos encaminhadas através do WhatsApp servirão como prova documental, sendo assim, recebida a informação via WhatsApp, o Poder Executivo Municipal fará o devido encaminhamento ao órgão competente.

Diante do exposto, e objetivando o reconhecimento da participação popular na administração pública como instrumento inerente à democracia, solicito o apoio dos demais pares para a devida aprovação.

Pato Branco, 03 de abril de 2019.

  
**Rodrigo José Correia**  
Vereador – PSC





## *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

### **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 113/2019.

Pato Branco, 08/04/2019.

  
**Joecir Bernardi - SD**  
**Presidente**



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

### **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 113/2019**

**Autor:** Rodrigo José Correia - PSC

**Relator:** Marines Boff Gerhardt - PSDB

**Súmula:** Autoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp e dá outras providências.

#### **RELATÓRIO**

O projeto em questão, de autoria do vereador acima citado busca a aprovação do duto plenário desta casa de leis para a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp.

#### **ANÁLISE**

O projeto em tela como apresentado pretende fortalecer o mecanismo de Ouvidoria do Executivo Municipal via WhatsApp.

Observamos que nos dias atuais esta tecnologia facilita e muito a vida das pessoas e o poder público precisa acompanhar a modernização que as tecnologias nos trazem.

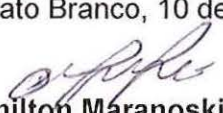
O referido projeto também nos trás comodidade já que, o repasse desta informação, seja ela elogio ou reclamação poderá ser feita a qualquer momento, até mesmo no conforto e segurança do lar de cada um de nossos pato-branquenses.

#### **VOTO DO RELATOR**

Após análise do projeto de Lei, pelo interesse público e pela legalidade, optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL**, à sua tramitação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 10 de abril de 2019.

  
**Amilton Maranoski – PV**  
Membro

  
**Carlinho Antonio Polazzo - PROS**  
Membro

  
**Joecir Bernardi – SD**  
Presidente

  
**Marines Boff Gerhardt - PSDB**  
Relatora

  
**Rodrigo José Correia - PSC**  
Membro





*Câmara Municipal de Pato Branco*  
Estado do Paraná



**COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 113/2019.

Pato Branco, 12/04/2019.

**Ronalce Moacir Dalchiavan - PP**  
**Presidente**



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

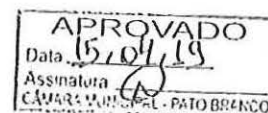
Excelentíssimo Senhor

**Vilmar Maccari**

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco



**REQUERIMENTO Nº 945/2019**



Requer manifestação técnica acerca do Projeto de Lei nº 113/2019 - "Autoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp e dá outras providências".

O vereador infra-assinado, **Fabricio Preis de Mello - PSD**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao **Executivo Municipal**, solicitando através do departamento competente, manifestação técnica acerca do Projeto de Lei nº 113/2019 - "Autoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp e dá outras providências".

Tal solicitação se faz necessária, para emissão de parecer ao referido Projeto de Lei, que está sob análise da Comissão de Políticas Públicas.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 15 de abril de 2019.

  
Fabricio Preis de Mello  
Vereador – PSD







# *Câmara Municipal de Pato Branco*

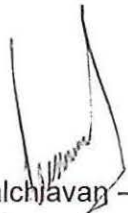
Estado do Paraná





## ATA Nº 04/2019 REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS


Aos 06 (seis) dias do mês de maio de 2019, às 16h30, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Pato Branco, reuniram-se os vereadores membros da Comissão de Políticas Públicas: **Fabício Preis de Mello - PSD, Moacir Gregolin - MDB e Ronalce Moacir Dalchiavan - PP (Presidente)** e os assessores parlamentares Neivor Barro, Leandro Lamp e Aline Barão, para deliberarem sobre os projetos de competência desta Comissão. O Presidente solicitou à assessora Aline Barão para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Na sequência, o Presidente cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Após amplo debate, os vereadores concordaram, por unanimidade, em emitir parecer favorável aos Projetos de Lei nº 89/2019 (Regime de urgência), que dispõe sobre a remoção, guarda e depósito de veículos, removidos, apreendidos e retirados de circulação, bem como serviço de remoção de veículos em decorrência de infração de trânsito à Legislação em vigor nas vias do Município de Pato Branco; e nº 70/2019, que cria o Programa "Cidade Contra a Dengue". O vereador Ronalce informou que o Projeto de Lei nº 206/2018, que proíbe o comércio, o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoros no Município de Pato Branco foi arquivado a pedido do proponente. O projeto nº 36/2019, que institui as avaliações periódicas anuais dos prédios escolares e centros municipais de educação infantil da rede municipal de ensino de Pato Branco, segue aguardando o parecer da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras; e que o Projeto de Lei nº 85/2019, que institui no Município de Pato Branco o "Projeto Debutante Social" segue aguardando a manifestação da Secretaria Municipal de Assistência Social. O vereador Fabício informou que os Projetos de Lei que estão sob sua relatoria: nº 213/2018, que dispõe sobre o corte do fornecimento residencial de água por falta de pagamento da tarifa correspondente; nº 126/2019, dispõe sobre o atendimento e implantação de vagas de estacionamento preferenciais aos portadores de Fibromialgia e Ataxia no Município de Pato Branco; nº 113/2019, que autoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp; e nº 210/2018, que revoga o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 1157, de 21 de outubro de 1992, permanecem aguardando resposta de requerimentos encaminhados ao Executivo Municipal e algumas entidades do município. O vereador Moacir Gregolin informou que os projetos que estão sob sua relatoria também permanecem aguardando resposta do Executivo Municipal e de algumas entidades do município. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 06 de maio de 2019.

  
Ronalce Moacir Dalchiavan – PP  
Presidente

  
Moacir Gregolin - MDB  
Membro

  
Fabício Preis de Mello – PSD  
Membro

  
Aline Monike Barão  
Assessora parlamentar







# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## ATA Nº 05/2019 REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 15 (quinze) dias do mês de maio de 2019, às 16h00, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Pato Branco, reuniram-se os vereadores membros da Comissão de Políticas Públicas: **Fabício Preis de Mello - PSD, Moacir Gregolin - MDB e Ronalce Moacir Dalchiavan - PP (Presidente)** e os assessores parlamentares Neivor Barro, Leandro Lamp e Aline Barão, para deliberarem sobre os projetos de competência desta Comissão. O Presidente solicitou à assessora Aline Barão para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Na sequência, o Presidente cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Após amplo debate, os vereadores concordaram, por unanimidade, em emitir PARECER FAVORÁVEL aos Projetos de Lei nº 85/2019, que institui no Município de Pato Branco o "Projeto Debutante Social" e dá outras providências; 43/2019, que dispõe sobre a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e 75/2019, que dispõe sobre a isenção no pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos municipais, para os convocados pela Justiça Eleitoral do Estado do Paraná, que efetivamente atuam nas Eleições Gerais e dá outras providências. Foi concordado em emitir PARECER CONTRÁRIO aos Projetos de Lei nº 13/2019, que institui a "Semana Municipal da Saúde Bucal" no Município de Pato Branco e nº 14/2019, que institui no Município de Pato Branco, o mês "Janeiro Branco", dedicado à realização de ações educativas para difusão da saúde mental. Os membros concordaram também que será necessário solicitar a manifestação da Secretaria Municipal de Educação com relação ao Projeto de Lei nº 140/2019, que institui as comemorações do Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças no âmbito dos estabelecimentos da rede municipal de ensino e dá outras providências, para que depois esta comissão possa deliberar e emitir o parecer deste projeto. O relator desta matéria, vereador Ronalce, informou que solicitará mais prazo para emissão do parecer. O mesmo vereador informou que o Projeto de Lei nº 36/2019, que institui as avaliações periódicas anuais dos prédios escolares e centros municipais de educação infantil da rede municipal de ensino de Pato Branco, que está sob sua relatoria, segue aguardando o parecer da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras. Os membros da comissão, ao debater o Projeto de Lei nº 185/2018, que estabelece normas para o atendimento à demanda de vagas para crianças nos Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Pato Branco, optaram por solicitar novamente PARECER JURÍDICO, considerando a manifestação feita pelo Ministério Público no dia 12/04/2019. O vereador Fabício informou que os Projetos de Lei que estão sob sua relatoria: 113/2019, que autoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp e dá outras providências; e 126/2019, que dispõe sobre o atendimento e implantação de vagas de estacionamento preferenciais aos portadores de Fibromialgia e Ataxia no Município de Pato Branco e dá outras providências estão aguardando a chegada das respostas dos requerimentos que foram feitos. O vereador informou ainda que solicitou mais prazo para emitir o parecer do Projeto de Lei nº 210/2018, que revoga o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 1157, de 21 de outubro de 1992, que autorizou o Executivo Municipal aceitar doação de imóvel e outros bens do Pato Branco Esporte Clube. Estádio de Futebol Os Pioneiros, devido à complexidade da matéria. Também informou que solicitará PARECER JURÍDICO a respeito do Projeto de Resolução nº 4/2019, que institui o Título "Mietta Santiago" no Legislativo de Pato Branco, considerando que já está em trâmite nesta Casa de Leis o Projeto de Resolução nº 3/2019, que institui o Prêmio "Mulher Destaque" de Pato Branco. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 15 de maio de 2019.





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



  
Ronalce Moacir Dalchavian - PP  
Presidente

  
Moacir Gregolin - MDB  
Membro

  
Fabrício Preis de Mello - PSD  
Membro

  
Alize Monike Barão  
Assessora parlamentar







P.1708  
28/5/19.

*Câmara Municipal de Pato Branco*  
Estado do Paraná



**COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

PARECER: Projeto de Lei nº 113/2019

**SÚMULA:** Autoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp e dá outras providências.

**Autor:** Rodrigo José Correia - PSC

Pretende o proponente, através do Projeto de Lei autorizativo, criar o Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp, com a finalidade de fortalecer os mecanismos de participação social e qualificar a gestão participativa no Município de Pato Branco.

De acordo com o Projeto, as informações, fotografias e vídeos encaminhados por meio do aplicativo WhatsApp serão considerados provas documentais, que servirão para auxiliar o município, no registro das demandas.

Nos dias atuais, as mídias sociais são ferramentas importantíssimas para auxiliar o Poder Público a colher demandas da população, e também serve para orientar e estimular os munícipes a participarem do controle e fiscalização, visando a boa aplicação dos recursos públicos, tendo em vista a praticidade e celeridade de transmitir informações por meio dos smartphones.

Ainda prevê, que as manifestações direcionadas à ouvidoria via aplicativo WhatsApp, deverão conter identificação do reclamante, meios disponíveis para contato e informações sobre o fato e sua autoria, e se for o caso, a indicação das provas que dispõe ou tem conhecimento.


O município ficará incumbido de dar ampla divulgação da disponibilidade desta ferramenta, para que haja maior interação entre o Poder Público e a população.

Considerando a legalidade do incluso projeto e atendendo o que preceitua o art. 64 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco, optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL** à regimental tramitação.

É o nosso parecer.  
Pato Branco, 23 de maio de 2019.

  
Fabricio Preis de Mello – PSD  
Membro- Relator

  
Moacir Gregolin – MDB  
Membro

  
Ronalce Moacir Dalchiavon – PP  
Presidente







# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

1205



Exmo. Sr.

**Vilmar Maccari**

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Os vereadores infra-assinados, **Fabricio Preis de Mello - PSD, Moacir Gregolin - MDB e Ronalce Moacir Dalchiavan - PP**, componentes da Comissão de Políticas Públicas, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, a seguinte **EMENDA** ao Projeto de Lei nº 113/2019, que autoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp e dá outras providências.



## **EMENDA MODIFICATIVA Nº 1:**

Modifica a redação do art. 6º do Projeto de Lei nº 113/2019, passando a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 6º O Poder Executivo Municipal deverá regulamentar a presente Lei, no que couber, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.”

Pato Branco, 22 de maio de 2019.

**Fabricio Preis de Mello**  
Vereador - PSD

**Moacir Gregolin**  
Vereador - MDB

**Ronalce Moacir Dalchiavan**  
Vereador - PP





MUNICÍPIO DE  
**PATO BRANCO**



**SECRETARIA EXECUTIVA**  
**ASSESSORIA DE PROGRAMAS E METAS**

Ofício nº 38/2019/APM

Pato Branco, 24 de maio de 2019.

Senhor Presidente,

Senhor Presidente,

Informamos aos ilustres vereadores respostas relativas aos Requerimentos abaixo descritos, constantes do Ofício nº 290/2019-DL, de 16 de abril de 2019:

- Requerimento nºs 945/2019.

Respeitosamente.



CLEVERSON MALAGI

Assessor de Programas e Metas

A Sua Excelência o Senhor  
VILMAR MACCARI  
Presidente da Câmara Municipal  
Pato Branco – PR



MUNICÍPIO DE  
**PATO BRANCO**  
**Secretaria de Ciência,  
Tecnologia e Inovação**



Ofício 98 / 2019

DATA DE EMISSÃO : 23/05/2019

INTERESSADO : Câmara de Vereadores de Pato Branco.

ASSUNTO : Parecer requerimento 945/2019.

Prezados Srs.,

A Câmara de Vereadores de Pato Branco enviou ofício onde, em seu requerimento 945/2019, solicita, através do vereador Fabricio Preis de Mello – PSD, que seja emitido parecer sobre o projeto de lei 113 / 2019 – “Autoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp e dá outras providências”.

Quanto ao mérito do ofício citado, é uma satisfação do interesse de nosso legislativo municipal em ampliar os trabalhos e projetos referentes à Ciência, Tecnologia e Inovação em benefício da população.

A informação interativa e de fácil acesso dos serviços públicos para a população é uma preocupação legítima nestes dias, e informamos que há vários projetos que se encontram em andamento desde a criação desta Secretaria Municipal, através da implantação de uma Governança de T.I. e do Plano Diretor de Tecnologia de Informação no município. Este planejamento estratégico visa estruturar de forma consistente e duradoura o sistema de informações do município.

Assim, trabalhamos em uma concessão de serviço, sem custos para o município, de um aplicativo que, além de receber queixas, dúvidas e sugestões da população (como o Fala Cidadão atual), possa informar o funcionamento dos diversos serviços públicos municipais à comunidade. A licitação, via





MUNICÍPIO DE  
**PATO BRANCO**

**Secretaria de Ciência,  
Tecnologia e Inovação**



Chamada Pública 08/2018, já foi homologada, sendo que a empresa ganhadora está com respectivo aplicativo, de acordo com cronograma, em testes internos com algumas secretarias. Isto não está sendo divulgado ainda por motivos de ajustes necessários e previstos no funcionamento.

Quanto ao uso por WhatsApp, há inclusive uma previsão para implementação disto futuramente, integrado com o aplicativo do Fala Cidadão, o qual está, ainda, em implantação.

Desta forma, acreditamos que em breve, possa ser liberado para utilização plena para a população, podendo ser gradualmente acrescido de funcionalidades e informações cada vez mais completas para nossa população.

Sendo isto para o momento, agradecemos a preocupação com o andamento dos trabalhos em nossa Secretaria, bem como a compreensão com o exposto, colocando-nos à disposição para quaisquer dúvidas.

Géri Natalino Dutra  
Secretário Municipal de  
Ciência, Tecnologia e Inovação



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## ATA Nº 06/2019 REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio de 2019, às 15h30, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Pato Branco, reuniram-se os vereadores membros da Comissão de Políticas Públicas: **Fabrizio Preis de Mello - PSD, Moacir Gregolin - MDB e Ronalce Moacir Dalchiavan - PP (Presidente)** e os assessores parlamentares Neivor Barro, Leandro Lamp e Aline Barão, para deliberarem sobre os projetos de competência desta Comissão. O Presidente solicitou à assessora Aline Barão para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Na sequência, o Presidente cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Após amplo debate, os vereadores concordaram, por unanimidade, em emitir PARECER FAVORÁVEL aos Projetos de Lei nº 141/2019, que institui a "Semana Municipal de Incentivo ao Ciclismo" no município de Pato Branco e dá outras providências; **113/2019**, que autoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp e dá outras providências; **126/2019**, que dispõe sobre o atendimento e implantação de vagas de estacionamento preferenciais aos portadores de Fibromialgia e Ataxia no Município de Pato Branco e dá outras providências; **22/2019**, que institui a "Semana do Bebê" no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências; **210/2018**, que revoga o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 1157, de 21 de outubro de 1992, que autorizou o Executivo Municipal aceitar doação de imóvel e outros bens do Pato Branco Esporte Clube. Estádio de Futebol Os Pioneiros; **146/2018**, que torna obrigatória a colocação de placas que proíbem o uso de drogas ilícitas, nos locais em que especifica, dispõe sobre as sanções administrativas aplicadas pelo Município e dá outras providências e **11/2019**, que institui no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Pato Branco, o "Dia do Taxista". A Comissão decidiu apresentar EMENDAS aos Projetos de Lei nº 11/2019, 146/2018, 113/2019 e 22/2019. O vereador Moacir Gregolin informou que, em contato com algumas professores da rede municipal de ensino, foi questionado a respeito do Projeto de Lei nº 140/2019, com relação a obrigatoriedade das escolas e creches em promover as comemorações de dia das mães e dia dos pais, considerando que muitas crianças hoje em dia não possuem em seu seio familiar, a presença da mãe, do pai ou de ambos. Por isso, a Comissão achou prudente solicitar a manifestação da Secretaria Municipal de Educação quanto ao projeto, para que as coordenadoras das instituições de ensino possam se manifestar sobre o tema. O vereador Ronalce informou que recebeu da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras o parecer que havia solicitado, com relação ao Projeto de Lei nº 36/2019, que está sob sua relatoria, sendo que a manifestação da referida Secretaria foi contrária ao Projeto. Por isso, o relator informou que conversará com o proponente da matéria, vereador Carlinho Antonio Polazzo - PROS, para debater com ele o conteúdo do parecer enviado pelo Executivo, para posteriormente emitir seu parecer. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 27 de maio de 2019.

Ronalce Moacir Dalchiavan – PP  
Presidente

Moacir Gregolin - MDB  
Membro

Fabrizio Preis de Mello – PSD  
Membro

Aline Monike Barão  
Assessora parlamentar







# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, **o Projeto de Lei nº 113/2019.**

**Pato Branco, 28 de maio de 2019.**

  
**José Gilson Feitosa da Silva – PT**  
**Presidente**





P. 1808-

# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

### Parecer ao Projeto de Lei nº 113/2019

Os membros da Comissão de Finanças e Orçamento se reuniram para analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 113/2019, de 3 de abril de 2019 – Autoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp e dá outras providências.

O autor aduz em sua justificativa que O presente Projeto de Lei tem por objetivo criar o serviço de Ouvidoria do Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp, visando fortalecer os mecanismos de participação social, pois sabemos que a ouvidoria facilita o acesso às informações junto às organizações públicas, melhorando o bom relacionamento entre o cidadão e o Poder Público, visando ainda promover a valorização dos direitos dos cidadãos.


O Decreto Federal nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública federal, institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal, e altera o Decreto nº 8.910, de 22 de novembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

Em relação à proposição em tela, verificando as informações que o referido Projeto de Lei visa estabelecer, após análise desta Comissão de Finanças e Orçamento, emitimos **PARECER FAVORÁVEL**, à tramitação do presente ao Projeto de Lei.

É o parecer, Salvo Maior Juízo.  
Pato Branco, 3 de junho de 2019.

  
**Claudemir Zanco – PDT**  
(Membro/Relator)

  
**Rodrigo José Correia**  
(Membro)

  
**José Gilson Feitosa-PT**  
(Presidente)



**PROJETO DE LEI Nº 113/2019**

Autoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp e dá outras providências.

**Art. 1º** Fica autorizada a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp, com a finalidade de fortalecer os mecanismos de participação social e qualificar a gestão participativa no Município de Pato Branco.

§ 1º As informações, fotografias e vídeos encaminhados por meio do aplicativo WhatsApp serão considerados provas documentais, que servirão para auxiliar o Poder Público Municipal no registro da demanda.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo Municipal que receber estas informações, deverá responder ao cidadão informante quanto às providências adotadas.

**Art. 2º** Organização e o funcionamento dos serviços de Ouvidoria via aplicativo WhatsApp obedecerá as seguintes diretrizes:

I- Objetividade e imparcialidade no tratamento das informações, sugestões, elogios, reclamações e denúncias recebidas dos munícipes;

II- Zelo pela celeridade e qualidade das respostas às demandas recebidas;

III- Defesa da ética e da transparência nas relações entre a administração pública e os cidadãos;

IV- Sigilo da fonte quando o interessado solicitar a preservação de sua identidade.

**Art. 3º** Constituem atribuições do serviço de Ouvidoria via aplicativo WhatsApp:

I- Detectar as reclamações, sugestões, elogios e denúncias, para subsidiar a avaliação das ações e serviços públicos pelos órgãos competentes;

II- Encaminhar as denúncias para as providências necessárias;

III- Realizar a mediação administrativa junto aos setores competentes com vistas à correta, objetiva e ágil instrução das demandas apresentadas pelos cidadãos, bem como a sua conclusão dentro do prazo estabelecido para resposta ao demandante;

IV- Informar e orientar o cidadão para a participação e o controle social dos serviços públicos.

**Art. 4º** As manifestações direcionadas à Ouvidoria via aplicativo WhatsApp, deverão conter no mínimo:





# *Câmara Municipal de Pato Branco*



- I- Identificação do interessado;
- II- Meios disponíveis para contato;
- III- Informações sobre o fato e sua autoria, e se for o caso, a indicação das provas que dispõe ou que tem conhecimento.

**Art. 5º** Compete ao Poder Executivo a divulgação da disponibilidade do serviço prestado nesta Lei.

**Art. 6º** O Poder Executivo Municipal deverá regulamentar a presente Lei, no que couber, no prazo de sessenta dias.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Rodrigo José Correia - PSC.



*VR*





# *Câmara Municipal de Pato Branco*



**LEI Nº 5.369, DE 10 DE JULHO DE 2019.**

Autoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp e dá outras providências.

**O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5º do art. 36, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:**

**Art. 1º** Fica autorizada a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp, com a finalidade de fortalecer os mecanismos de participação social e qualificar a gestão participativa no Município de Pato Branco.

§ 1º As informações, fotografias e vídeos encaminhados por meio do aplicativo WhatsApp serão considerados provas documentais, que servirão para auxiliar o Poder Público Municipal no registro da demanda.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo Municipal que receber estas informações, deverá responder ao cidadão informante quanto às providências adotadas.

**Art. 2º** Organização e o funcionamento dos serviços de Ouvidoria via aplicativo WhatsApp obedecerá as seguintes diretrizes:

I- Objetividade e imparcialidade no tratamento das informações, sugestões, elogios, reclamações e denúncias recebidas dos munícipes;

II- Zelo pela celeridade e qualidade das respostas às demandas recebidas;

III- Defesa da ética e da transparência nas relações entre a administração pública e os cidadãos;

IV- Sigilo da fonte quando o interessado solicitar a preservação de sua identidade.

**Art. 3º** Constituem atribuições do serviço de Ouvidoria via aplicativo WhatsApp:

I- Detectar as reclamações, sugestões, elogios e denúncias, para subsidiar a avaliação das ações e serviços públicos pelos órgãos competentes;

II- Encaminhar as denúncias para as providências necessárias;

III- Realizar a mediação administrativa junto aos setores competentes com vistas à correta, objetiva e ágil instrução das demandas apresentadas pelos cidadãos, bem como a sua conclusão dentro do prazo estabelecido para resposta ao demandante;

IV- Informar e orientar o cidadão para a participação e o controle social dos serviços públicos.





# *Câmara Municipal de Pato Branco*



**Art. 4º** As manifestações direcionadas à Ouvidoria via aplicativo WhatsApp, deverão conter no mínimo:

- I- Identificação do interessado;
- II- Meios disponíveis para contato;
- III- Informações sobre o fato e sua autoria, e se for o caso, a indicação das provas que dispõe ou que tem conhecimento.

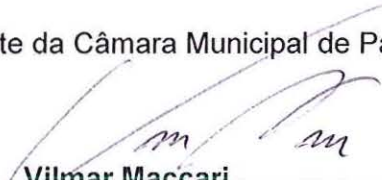
**Art. 5º** Compete ao Poder Executivo a divulgação da disponibilidade do serviço prestado nesta Lei.

**Art. 6º** O Poder Executivo Municipal deverá regulamentar a presente Lei, no que couber, no prazo de sessenta dias.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Rodrigo José Correia - PSC.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 10 de julho de 2019.

  
Vilmar Maccari  
Presidente





CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO  
LEI Nº 5.369, DE 10 DE JULHO DE 2019.

Autoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5º do art. 36, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp, com a finalidade de fortalecer os mecanismos de participação social e qualificar a gestão participativa no Município de Pato Branco.

§ 1º As informações, fotografias e vídeos encaminhados por meio do aplicativo WhatsApp serão considerados provas documentais, que servirão para auxiliar o Poder Público Municipal no registro da demanda.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo Municipal que receber estas informações, deverá responder ao cidadão informante quanto às providências adotadas.

**Art. 2º** Organização e o funcionamento dos serviços de Ouvidoria via aplicativo WhatsApp obedecerá as seguintes diretrizes:

I - Objetividade e imparcialidade no tratamento das informações, sugestões, elogios, reclamações e denúncias recebidas dos munícipes;

II - Zelo pela celeridade e qualidade das respostas às demandas recebidas;

III - Defesa da ética e da transparência nas relações entre a administração pública e os cidadãos;

IV - Sigilo da fonte quando o interessado solicitar a preservação de sua identidade.

**Art. 3º** Constituem atribuições do serviço de Ouvidoria via aplicativo WhatsApp:

I - Detectar as reclamações, sugestões, elogios e denúncias, para subsidiar a avaliação das ações e serviços públicos pelos órgãos competentes;

II - Encaminhar as denúncias para as providências necessárias;

III - Realizar a mediação administrativa junto aos setores competentes com vistas à correta, objetiva e ágil instrução das demandas apresentadas pelos cidadãos, bem como a sua conclusão dentro do prazo estabelecido para resposta ao demandante;

IV - Informar e orientar o cidadão para a participação e o controle social dos serviços públicos.

**Art. 4º** As manifestações direcionadas à Ouvidoria via aplicativo WhatsApp, deverão conter no mínimo:

I - Identificação do interessado;

II - Meios disponíveis para contato;

III - Informações sobre o fato e sua autoria, e se for o caso, a indicação das provas que dispõe ou que tem conhecimento.

**Art. 5º** Compete ao Poder Executivo divulgar a disponibilidade do serviço prestado nesta Lei.

**Art. 6º** O Poder Executivo Municipal deverá regulamentar a presente Lei, no que couber, no prazo de sessenta dias.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Rodrigo José Correia - PSC.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 10 de julho de 2019.

**VILMAR MACCARI**  
Presidente

Publicado por:  
Eliana Scariot Amorim  
Código Identificador: 51358844

# Publicações Legais

Caderno Integrante da Edição nº 7426 | Pato Branco, 11 de julho de 2019

Este espaço é destinado à publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A EQUIPE que trabalha em ação comunitária, com o projeto "CARTAS VIVAS PELAS NAÇÕES", pelo presente Edital, vem convocar, todas as pessoas interessadas no projeto, para um encontro, Assembleia Geral, no dia 19 de Julho de 2019, com convocação para as 19:00 horas, com qualquer número de participantes. No seguinte endereço: Rua Araribóia, 1500, sala: La Sala, nesta cidade de Pato Branco, Paraná. Para tratar dos seguintes assuntos:

### PAUTA DO DIA:

1. CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO – ONG
2. APROVAÇÃO DO ESTATUTO
3. ELEIÇÃO DE DIRETORIA

PATO BRANCO, FR, 08 de Julho de 2019

VILMAR FAGUNDES DA SILVA  
(COLABORADOR)

CRD – CENTRO REGIONAL DE DIAGNÓSTICOS S.A.  
CNPJ 06.993.517/0001-65  
NIRE 413.002.938-5

## ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas do CRD – CENTRO REGIONAL DE DIAGNÓSTICOS S.A., a se reunirem em: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA que será realizada no dia 17 de julho de 2019, em primeira convocação, às 15h30min, com a participação de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) do capital social dos acionistas ou, em segunda convocação, às 19h00min, com qualquer número de presenças, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Apreciação e deliberação sobre investimentos e novos equipamentos. A assembleia será realizada no edifício sede da CRD – CENTRO REGIONAL DE DIAGNÓSTICOS S.A., localizada na Rua Iguape, 1111, Pato Branco, Paraná.

Pato Branco, 08 de julho de 2019.

ORLANDO CLÁUDIO HECKE  
Presidente do Conselho de Administração



Câmara Municipal de Chopinzinho  
CNPJ 17.714.111/0001-55

Rua Doga Antônio Feijó, 4073 – Centro – Anexo ao Banco do Brasil  
Fone/Fax (49) 3242-1685/1407  
85500-000 – Chopinzinho – Paraná  
e-mail: cmch@chopinzinho.com.br – site: www.camarachopinzinho.pr.gov.br

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2019

Aprova a Prestação de Contas do Poder Executivo do município de Chopinzinho – PR, relativas ao Exercício Financeiro de 2017.

Art. 1º - Fica aprovada a Prestação de Contas do Poder Executivo, relativas ao Exercício Financeiro de 2017, de acordo com o Parecer Prévio nº 15/2019 do Tribunal de Contas e o Parecer Legislativo da Comissão de Finanças e Orçamentos.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 10 de julho de 2019

Rogério Pereira dos Santos  
Presidente

Luiz Sérgio Ferreira  
1º Secretário

Registre-se e publique-se!

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS MARIÓPOLIS/PR. RESOLUÇÃO Nº 08 DE 10 DE JULHO DE 2019. SÚMULA: APROVAR o Plano de Ação SUSAWEB exercício 2019 para cofinanciamento federal. A publicação na íntegra, do ato acima, encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: Ampopdioms.com.br. edição do dia 11/07/2019, respectivamente, conforme Lei Autorizada nº 6/2012 de 25/01/2012.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – MARIÓPOLIS PARANÁ. SÚMULA: Dispõe sobre as condutas vedadas aos(as) candidatos(as) e respectivos(as) fiscais durante o Processo de Escolha dos Membros do(s) Conselho(s) Tutelar(es) e sobre o procedimento de sua apuração. A publicação na íntegra, do ato acima, encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: Ampopdioms.com.br. edição do dia 11/07/2019, respectivamente, conforme Lei Autorizada nº 6/2012 de 25/01/2012 e no site do Município.

## CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ LEI Nº 5.363, DE 10 DE JULHO DE 2019.

Atoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 1º do art. 36, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp, com a finalidade de facilitar os mecanismos de participação social e qualificar a gestão participativa no Município de Pato Branco.

§ 1º As informações, fotografias e vídeos encaminhados por meio do aplicativo WhatsApp serão considerados provas documentais, que servirão para auxiliar o Poder Público Municipal no registro da demanda.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo Municipal que receber estas informações deverá responder ao cidadão informando quanto às providências adotadas.

Art. 2º Organização e o funcionamento dos serviços de Ouvidoria via aplicativo WhatsApp obedecerá as seguintes diretrizes:

- Objetividade e imparcialidade no tratamento das informações surgentes, elogios, reclamações e denúncias recebidas dos munícipes;
- Zelo pela celeridade e qualidade das respostas às demandas recebidas;
- Defesa da ética e da transparência nas relações entre a administração pública e os cidadãos;
- Sigilo da fonte quando o interessado solicitar a preservação de sua identidade;
- Art. 3º Constituem atribuições do serviço de Ouvidoria via aplicativo WhatsApp:
  - Detectar as reclamações, sugestões, elogios e denúncias para submeter a análise das ações e serviços públicos pelos órgãos competentes;
  - Encaminhar as denúncias para as providências necessárias;
  - Realizar a mediação administrativa junto aos setores competentes com vistas à correção, objetiva e ágil instrução das demandas apresentadas pelos cidadãos, bem como a sua conclusão dentro do prazo estabelecido para resposta ao demandante;
  - Informar e orientar o cidadão para a participação e o controle social dos serviços públicos.

Art. 4º As manifestações direcionadas à Ouvidoria via aplicativo WhatsApp deverão conter no mínimo:

- Identificação do interessado;
- Meios disponíveis para contato;
- Informações sobre o fato e sua autoria, e se for o caso, a indicação das provas que dispõe ou que tem conhecimento.

Art. 5º Compete ao Poder Executivo a divulgação da disponibilidade do serviço prestado nesta Lei.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal deverá regulamentar a presente Lei, no que couber, no prazo de sessenta dias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Rodrigo José Correia - PSC.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 10 de julho de 2019.

Vilmar Maçari  
Presidente



Câmara Municipal de Vereadores de Renascença  
CNPJ 01.603.710/0001-00

www.camaraderenascenca.com.br | 45 2550-1244 | camaraderenascenca@pr.gov.br  
(Rua Nilo Pógueta, 125) | Centro | CEP 85810-005 | Renascença | PR

## EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 007/2018 (Vinculado ao Processo de Dispensa nº 611/2018). CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE RENASCENÇA. CONTRATADA: NILSON LUIZ ASCAGI E CIA LTDA - CNPJ nº 02.455.854/0001-11. OBJETO: Prestação de serviços de manutenção de página web, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção, hospedagem e registro de domínio do website da Câmara Municipal, com reajuste pelo INPC/IBGE na ordem de 3,31%, passando o valor mensal do contrato para R\$ 227,28 (duzentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos). AUTORIZAÇÃO: De acordo com o artigo 57, incisos II e IV da Lei 8.666/93 em: Cassiano Fabris, Presidente, autoriza a renovação prorrogação contratual, através de aditivo. ASSINAM: Cassiano Fabris e Nilson Luiz Ascagi e Luliane Fatima Mariani Ascagi. DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2019. F059. Câmara de Marmeleiro - Estado do Paraná.

Renascença (PR), 11 de julho de 2019

Cassiano Fabris  
Presidente



Câmara Municipal de Vereadores de Renascença  
CNPJ 01.603.710/0001-00

www.camaraderenascenca.com.br | 45 2550-1244 | camaraderenascenca@pr.gov.br  
(Rua Nilo Pógueta, 125) | Centro | CEP 85810-005 | Renascença | PR

## EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Contrato 008/2019 (Vinculado ao Processo de Dispensa 009/2019). Contratante: Câmara Municipal de Renascença. Contratada: Solis Incorporadora e Construtora Ltda - CNPJ 23.530.571/0001-33. Objeto: Contrato de serviços técnicos especializados para elaboração de projeto arquitetônico, memorial descritivo, orçamento, planilhas de materiais, quantitativos e preços unitários e cronograma físico financeiro, para reforma/adequação do imóvel cedido pela Prefeitura Municipal onde funciona a Câmara de Renascença, sendo área construída objeto de reforma de aproximadamente 170m². Fundamento legal: Art. 24, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93. ASSINAM: Cassiano Fabris e Julio Tega Junior. Data assinatura: 05 de julho de 2019. Fero: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.

Renascença (PR), 10 de julho de 2019.

Cassiano Fabris  
Presidente da Câmara

## SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADO

SOLUVEL TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS LTDA torna público que irá requerer do IAP Licença Ambiental Simplificada para Armazenamento temporário de resíduos sólidos industriais não perigosos, Barracões para Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos Não Perigosos, Transbordo de resíduos sólidos industriais não perigosos e Unidade de recebimento, triagem, segregação, acondicionamento temporário de resíduos sólidos não perigosos para posterior envio a destinação final, a ser instalada na linha Carmelia - Sabo do Lontra, Estado do Paraná.

## MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA – ESTADO DO PARANÁ CONVOCAÇÃO

REF. EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2019.

OBJETO. Contratação de empresa em regime de empreitada por preço global para a EXECUÇÃO DE REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE INDIGENA – UBSI na Aldeia Passo Liso, conforme planilhas, projetos e memorias. A Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 02/2019, convoca os interessados para participar da Sessão Pública para abertura dos envelopes nº 02 – Proposta de Preços das proponentes habilitadas: Brascol Prestadora de Serviços Ltda – ME, JBBS Construção Civil Ltda e Leoclecia Bagestan Camargo dos Santos. Data: 12/07/2019 (sexta-feira) às 09:00h. Local: Sede do município de Coronel Vívica, na sala de licitações. Endereço: Praça Ângelo Mezomo, s/n, centro. Coronel Vívica, 10 de julho de 2019. Ademir Antônio Azilheiro, Presidente da CPL.

## CIRUSPAR

RESOLUÇÃO Nº 003/2019

O Presidente da Comissão Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná – CIRUSPAR, usando de suas atribuições legais, especialmente as contidas na Lei Federal nº 11.137, de 08 de abril de 2005, no Decreto Federal nº 6.037, de 17 de janeiro de 2007, no Protocolo de Intenções e Estatutos, e de acordo RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a realização de Concurso Público, para preenchimento de vagas e cadastro reserva para as seguintes vagas:

CARGO
Auxiliar Administrativo
Auxiliar de Serviços Gerais 24hr
Condutor Socorrista
Enfermeiro
Médico Regulador Interveniente 12hr
Médico Regulador Interveniente 24hr
Radiologista
Técnico de Enfermagem Socorrista
Técnicos Auxiliares de Regulação Médica – TARM
Técnicos de Segurança do Trabalho
Psicólogo

Art. 2º - Nomear Comissão Organizadora composta pelas seguintes membros:

- André Ribeiro Moreira - Médico Regulador Interveniente
- Carolina Zonta - Enfermeira
- Fernando Soriani Carolina Mertz - Recursos Humanos
- Glória Vizzotto Bolzan - Advogada

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATO BRANCO, 08 DE JULHO DE 2019. PAULO JOSÉ DE NOTÍFICAÇÃO, PRESIDENTE DA CIRUSPAR.

Gabinete do Presidente da Comissão Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná - CIRUSPAR, aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito.

Paulo José de Notificação  
Presidente  
CIRUSPAR



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Associação Baquetecol Arte de Pato Branco, convoca todos os seus conselheiros e os senhores associados para a Assembleia Geral Extraordinária, conforme disposto no Capítulo IV Art. 2º do Estatuto desta Associação, que será realizada no dia 15 de julho do ano de 2019, na sede da Associação, Rua Tocantins 1354, Bairro Industrial, CEP 85505-140, na cidade de Pato Branco PR, em primeira convocação às 19h30min e em segunda e última convocação, 30 (trinta) minutos após, com a seguinte ordem do dia:

01) Eleição da Diretoria, e do Conselho Fiscal para o mandato de um ano, conforme disposto no Capítulo IV Art. 2º.

02) Assuntos Gerais de Interesse da Associação.

Nota 1 - Para a apresentação das chapas de Candidatos o prazo final é até 15/07/2019, por e-mail, ou correspondência por correio, e-mail: abap@patobranco.com.br, endereço para correspondência: Rua Tocantins nº1354, Bairro Industrial - CEP 85505-000 - Pato Branco - PR.

Nota 2 - Os candidatos interessados a concorrer cargos eletivos na ABAP deverão estar enquadrados nos artigos estatutários da Associação.

Pato Branco, PR, 08 de julho de 2019.

DANIEL BERTON  
CPF 154.870.585-01  
CONSELHEIRO FISCAL

ABAP - ASSOCIAÇÃO BAQUETECOL ARTE DE PATO BRANCO - CNPJ 08.044.554/0001-80  
Rua Tocantins, 1354 - Pato Branco - PR - CEP 85505-140





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná




Ofício nº 527/2019-DL

Pato Branco, 10 de julho de 2019.

Senhor Prefeito:

Enviamos cópia da **LEI Nº 5.369, DE 10 DE JULHO DE 2019**, de autoria do vereador Rodrigo José Correia - PSC, que autoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp e dá outras providências, promulgada pelo Presidente da Câmara, Vereador Vilmar Maccari.

Respeitosamente.



**Vilmar Maccari**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**Augustinho Zucchi**  
Prefeito Municipal  
Pato Branco – Paraná





## PROJETO DE LEI Nº 113/2019

RECEBIDO EM: 3 de abril de 2019

SÚMULA: Autoriza a criação do Serviço de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal via aplicativo WhatsApp e dá outras providências.

(Com a finalidade de fortalecer os mecanismos de participação social e qualificar a gestão participativa no Município de Pato Branco. As informações, fotografias e vídeos encaminhados por meio do aplicativo WhatsApp serão considerados provas documentais, que servirão para auxiliar o Poder Público Municipal no registro da demanda. O órgão competente do Poder Executivo Municipal que receber estas informações, deverá responder ao cidadão informante quanto às providências adotadas. Detectar as reclamações, sugestões, elogios e denúncias, para subsidiar a avaliação das ações e serviços públicos pelos órgãos competentes; encaminhar as denúncias para as providências necessárias; realizar a mediação administrativa junto aos setores competentes com vistas à correta, objetiva e ágil instrução das demandas apresentadas pelos cidadãos, bem como a sua conclusão dentro do prazo estabelecido para resposta ao demandante; informar e orientar o cidadão para a participação e o controle social dos serviços públicos).

AUTOR: Rodrigo José Correia - PSC

LEITURA EM PLENÁRIO: 8 de abril de 2019

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO EM: 8 de abril de 2019.

RELATORA: Marines Boff Gerhardt – PSDB

PARECER **FAVORAVEL** PROTOCOLADO EM: 10 de abril de 2019.

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM: 12 de abril de 2019.

RELATOR: Fabricio Preis de Mello – PSD

PARECER **FAVORAVEL** PROTOCOLADO EM: 28 de maio de 2019.

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 28 de maio de 2019.

RELATOR: Claudemir Zanco – PDT

PARECER **FAVORAVEL** PROTOCOLADO EM: 4 de junho de 2019.

### VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO: 10 de junho de 2019 – Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Carlinho Antonio Polazzo – PROS, Claudemir Zanco – PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – SD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marco Antonio Augusto Pozza – PSD, Marines Boff Gerhardt – PSDB, Moacir Gregolin – MDB, Rodrigo José Correia – PSC e Ronalce Moacir Dalchiavan – PP.

SEGUNDA VOTAÇÃO: 12 de junho de 2019 – Aprovado com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência.

Votaram a favor: Carlinho Antonio Polazzo – PROS, Claudemir Zanco – PDT, Joecir Bernardi – SD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marco Antonio Augusto Pozza – PSD, Marines Boff Gerhardt – PSDB, Moacir Gregolin – MDB, Rodrigo José Correia – PSC e Ronalce Moacir Dalchiavan – PP. Ausente, o vereador Fabricio Preis de Mello – PSD.

REDAÇÃO FINAL: Ofício nº 465/2019/DL, de 13 de junho de 2019.

SANÇÃO: Lei nº 5369, de 10 de julho de 2019. Promulgada pelo Presidente, Vilmar Maccari.

PUBLICAÇÃO: Publicada na página B1 do Jornal Diário do Sudoeste edição nº 7426, de 11 de julho de 2019 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 11/7/2019. Edição nº 1796.